

PÁG 2

Ministro de Minas e Energia e Deputado unidos pela aprovação do PL 414, que pode gerar crescimento de 0,5% do PIB até 2024

PÁG 6

Após pedido da Abraceel, CCEE promove mais uma rodada do MVE

PÁG 8

ANP busca viabilizar novo mercado de gás e pede que agentes apresentem casos concretos

PÁG 11

ONS e Abraceel debatem melhorias na divulgação de informações que impactam preço

PÁG 13

Bahia acata pleitos da Abraceel e segue com avanços no mercado livre de gás

PÁG 15

Curtas

PÁG 18

Próxima semana

PÁG 19

Calendário Abraceel

 Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Ministro de Minas e Energia e Deputado unidos pela aprovação do PL 414, que pode gerar crescimento de 0,5% do PIB até 2024

Matéria em 1 minuto

- Abraceel, em parceria com a Abrace e o Centro de Liderança Pública, promoveu o evento “Pelo futuro da energia: avançar no PL 414 é necessário”, que teve a participação do Ministro Bento Albuquerque e do deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ);
- Ministro afirma que modernização do setor elétrico está entre as prioridades do MME e solicitou reunião com as instituições patrocinadoras do evento;
- Deputado Federal Paulo Ganime afirma que projeto tem grandes perspectivas de avançar este ano;
- Centro de Liderança Pública estima que aprovação do PL pode gerar crescimento de 0,5% do PIB até 2024, com aumento de receita de cerca de R\$ 11 bilhões.



Tempo de leitura:
4 minutos

A Abraceel, em parceria com a Abrace e o Centro de Liderança Pública (CLP), no dia 06.05, o evento “Pelo futuro da energia: avançar no PL 414 é necessário”. Além de Reginaldo Medeiros e Paulo Pedrosa, presidentes da Abraceel e Abrace, o encontro como palestrantes o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque; o Deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ); Alexandre Viana, consultor da Thymos Energia; Tadeu Barros, diretor do Centro de Liderança Pública; Daniela Manique, presidente da Rhodia Solvay; e Manofredo Gouveia, CEO do Grupo Elizabeth revestimentos. O evento já conta com mais de 500 visualizações no YouTube. A iniciativa faz parte de uma série de ações relacionadas à bandeira 01 da Abraceel, definida no planejamento estratégico por nossas associadas, que define a liberdade do consumidor como principal meio de obtenção da eficiência do mercado.

Modelo atual está esgotado, é preciso senso de urgência

Iniciando o evento, Paulo Pedrosa enfatizou a necessidade de aprovação do PL 414/21 para a modernização do setor elétrico e alocação correta dos custos e riscos do setor, contribuindo para a competitividade e atração de investimentos. Disse que o Brasil é o país da energia barata e conta de luz cara e, para mudar essa realidade, é necessário empoderar o consumidor, dando a ele o poder de escolha.

Reginaldo disse há três princípios básicos na relação de consumo: qualidade, preço e o direito de escolha, sendo que sem o último os dois primeiros ficam impossibilitados de ocorrer. Reforçou que o setor está pronto para a mudança, assim como 80% da população, que manifestadamente gostaria de poder escolher o seu fornecedor de energia, conforme mostra pesquisa Ibope realizada pela Abraceel desde 2014. Para Reginaldo, é preciso senso de urgência, visto que a cada dia que passa, perpetuamos um modelo esgotado.



O futuro já chegou em outros países

Alexandre Viana pontuou que o futuro da energia já chegou em outros países e continentes, como é o caso da Europa, Japão, Estados Unidos, Austrália e até América Latina. Disse que o Brasil está no meio do caminho e, por todas as condições favoráveis que possui, deveria estar muito mais avançado do que está. Para o consultor, é necessário

aprovar o PL 414 para criar um marco regulatório mais moderno e diminuir a conta de luz, visto que hoje a tarifa residencial nacional é a décima oitava maior do mundo em termos absolutos, mas a terceira maior em termos relativos.

Para ilustrar melhor como é o mercado livre em países mais avançados, trouxe dois casos de sucesso.

Na Alemanha, o time de futebol Werder Bremen comercializa energia e oferece uma série de vantagens para seus clientes. Além de possuir uma carteira 100% renovável e contrato de 12 meses com preço garantido, para cada gol do Werder o consumidor recebe um bônus de 1 euro e para cada título, 100 euros.

Já na Austrália, o consumidor pode escolher o fornecedor pela internet e compor combos com o fornecimento de gás. Em 2019 foi realizada uma campanha para incentivar a competição, na qual cada consumidor que comprovasse tentar buscar um preço mais baixo ganharia um bônus de 50 dólares australianos na conta de luz.

Viana destacou que a aprovação do PL 414 aproxima o Brasil dessas nações mais desenvolvidas.

Ministro Bento afirma que modernização do setor elétrico está entre as prioridades do MME

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, mostrou-se positivamente surpreso com os exemplos citados por Viana. Disse que muito se avançou no setor nos últimos dois anos, mesmo frente à pandemia, e que na próxima semana apresentará para a Co-

missão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados as principais prioridades e ações do MME e que, certamente, a modernização do setor elétrico estará entre elas. Comprometeu-se a conversar com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), sobre a importância da matéria, que ainda não teve sua tramitação definida na Casa. Salientou que o projeto é de suma importância, por permitir a expansão do setor de maneira equilibrada, fornecendo maiores condições e produtos para os consumidores, e permitindo a todos o direito de escolha.



Deputado Paulo Ganime confiante no avanço ainda este ano

Representando o legislativo federal, o deputado federal Paulo Ganime (NOVO-RJ) reforçou o caráter benéfico do projeto e disse que possui grande impacto para o futuro do país. Em sua visão, o projeto tem grandes perspectivas de avançar, mas ainda é preciso aguardar o despacho do Presidente da Câmara, que definirá o relator e permitirá o início das discussões sobre o projeto nessa casa.



Daniela Manique e Manfredo Gouvea, representantes da indústria, afirmaram que é preciso rediscutir toda a indústria energética do país para que haja um ambiente estável e competitivo para atração de investimentos.

Aprovação do PL 414 pode gerar crescimento de 0,5% do PIB até 2024

Tadeu Barros apresentou dados exclusivos de estudo realizado pelo Centro de Liderança Pública, que estima que a aprovação do PL 414 pode gerar crescimento de 0,5% do PIB até 2024, com aumento de receita de cerca de R\$ 11 bilhões, adicionalmente a uma

economia de R\$ 3 bilhões com o fim dos subsídios hoje aplicados à parte do setor. A totalidade do ganho fiscal estimado, portanto, é de R\$ 14 bilhões. Dessa maneira, reforçou a necessidade de modernização regulatória do setor elétrico, sendo o PL 414 um dos projetos de infraestrutura selecionados para integrar o pilar Crescimento Sustentável do movimento Unidos pelo Brasil.

Para o CLP, a aprovação do projeto consiste em mais um passo em direção à retomada do crescimento econômico, com base em emprego e renda.

Ministro pede reunião com as instituições

Finalizando o evento, o ministro de Minas e Energia solicitou reunião com as instituições envolvidas no evento para discutir o avanço da modernização do setor. Reginaldo reforçou o senso de urgência do projeto e estabeleceu como meta a aprovação do PL 414 até o fim deste ano.

A apresentação realizada por Alexandre Viana e a nota técnica do CLP estão disponíveis no site da Abraceel, seção Biblioteca > Apresentações. A gravação do evento está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=J0gnseGMdOw>.

Após pedido da Abraceel, CCEE promove mais uma rodada do MVE

Matéria em 1 minuto

- A realização de mais processamentos tem sido foco de atuação da Abraceel junto à Aneel e CCEE;
- Abraceel ainda está pleiteando a realização do produto A-1;
- Associação reforça a necessidade de acelerar a discussão da abertura do mercado.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Abraceel esteve reunida com o conselheiro Marcelo Loureiro, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no dia 05.05, para discutir a agenda do mercado de energia.

Abertura do mercado

Ante o questionamento da Abraceel acerca do andamento da discussão sobre abertura de mercado, Loureiro informou que a Câmara e a Aneel estão trabalhando para viabilizar um debate com todos os agentes, com o objetivo de discutir o modelo de abertura que será proposto ao Ministério de Minas e Energia, conforme determina a PRT MME 465/19. Disse que há alguns temas cuja discussão precisa ser aprofundada, citando, por exemplo, a separação de fio e energia, os descontos na TUSD com a abertura do mercado, o modelo varejista e o supridor de última instância.

Reginaldo reforçou que é urgente avançar na conclusão do estudo e que todos os agentes estão cientes que o futuro é um mercado aberto, mas não há clara sinalização por parte das autoridades de quando isso de fato ocorrerá. Por fim, convidou o conselheiro para reunião com as associadas, com a finalidade de atualizá-las sobre o andamento da discussão dos temas afetos à abertura.

Ampliação dos processamentos do MVE

Outro tema discutido no encontro foi a ampliação dos processamentos do MVE, movimento oportuno diante da atual sobrecontratação das distribuidoras e da procura por energia no mercado livre. Já há algum tempo a Associação tem interagido com a CCEE e com a Aneel buscando sensibilizá-los para a importância de dar maior flexibilidade ao mecanismo.

Loureiro disse que a Câmara realizará no dia 25 de maio um processamento extraordi-

nário do MVE, no qual serão ofertados produtos com vigência de seis meses, válidos a partir de 1º de julho de 2021, e que estão avaliando realizar outros processamentos este ano. Logo que o Comunicado da CCEE foi divulgado, encaminhamos o informe às associadas, por ser um tema defendido pela Abraceel e de bastante interesse dessas.

Abraceel reforça a importância da realização do produto anual (A-1) do MVE

Em carta enviada para Rui Altieri, Elisa Bastos e Júlio Ferraz, a Abraceel reforçou a importância de operacionalização de mais processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes ainda em 2021. A Associação tem consciência do esforço da Câmara para viabilizar novas rodadas do MVE, a exemplo do processamento extraordinário a ser realizado neste mês de maio com oferta de produtos para o segundo semestre deste ano, mas entende que é possível e preciso avançar para flexibilizar o mecanismo.

No texto, destacamos que consideramos que a Câmara dispõe dos recursos e das condições operacionais necessárias para viabilizar os outros processamentos mencionados na REN 904/2020, mesmo que se utilize de ferramentas como o Mecanismo Auxiliar de Cálculo – MAC, tal como era realizado antes de junho de 2019. Reforçamos a importância da realização do produto anual (A-1) do MVE, que de acordo com o art. 9º da REN 904/2020, pode ocorrer em junho deste ano.

Finalizamos a carta reiterando a importância que a conclusão da Audiência Pública 25/2019 tem sobre a eficácia do mecanismo, uma vez que discute como será feita a apuração dos resultados das distribuidoras e seu repasse tarifário, o que influencia diretamente o interesse do segmento nas negociações e na atratividade do mecanismo. Sobre esse tema, também solicitamos reunião com a Diretora Elisa Bastos para pedir celeridade na deliberação da matéria.

Confira a íntegra da carta na área restrita do site da Abraceel, seção “Cartas Exclusivas”.

ANP busca viabilizar novo mercado de gás e pede que agentes apresentem casos concretos

Matéria em 1 minuto

- Fórum do Gás destacou a necessidade de fortalecimento técnico e institucional da ANP, bem como a necessidade de antecipação de temas estratégicos e prioritários, como as soluções das barreiras de acesso ao mercado e oferta de capacidade de transporte;

- Reforçou também a importância de dar mais previsibilidade aos agentes, como a definição de cronograma das chamadas públicas de capacidade e de maior protagonismo da Agência junto aos estados;

- Diretor-Geral da ANP destacou a possibilidade de acesso às infraestruturas essenciais como um ponto central.

- ANP afirma que está totalmente comprometida com o novo mercado do gás e que o regulador federal não será um entrave para isso.

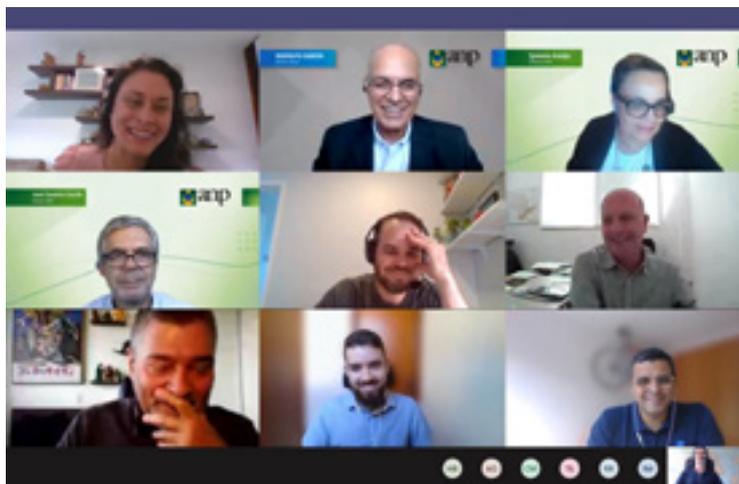


Tempo de leitura:
3 minutos

Em 05.05, os coordenadores do Fórum do Gás se reuniram com o Diretor-Geral da ANP, Rodolfo Saboia, os diretores Symone Araújo e José Cesário Cecchi e o Superintendente de Infraestrutura e Movimentação, Hélio Bisaggio, para tratar da regulamentação do novo mercado de gás. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú.

Após apresentação institucional, na qual foram abordadas a governança e os princípios que norteiam a atuação do Fórum, foi ressaltada a importância do papel da ANP no novo mercado de gás, que possui extensa agenda regulatória a ser cumprida após aprovação da Lei 14.134/2021.

Os coordenadores destacaram a necessidade de fortalecimento técnico e institucional da ANP, bem como a necessidade de antecipação de temas estratégicos e prioritários, como as soluções das barreiras de acesso ao mercado e oferta de capacidade de transporte.



Também foi mencionada a importância de dar mais previsibilidade aos agentes, como a definição de cronograma das chamadas públicas de capacidade, e de maior protagonismo da Agência junto aos estados, que por vezes avançam em itens de competência federal.

Diretor-Geral Rodolfo Saboia

Ressaltando a relevância e riqueza das interações com os agentes para priorização das atividades da Agência, o Diretor-Geral destacou a possibilidade de acesso às infraestruturas essenciais como um ponto central. Afirmou que a harmonização regulatória com os estados é delicada, mas importantíssima, e que deve ser feita, no caminho do diálogo e convencimento.



Saboia disse que a ANP está atenta e analisando a questão do gasoduto Subida da Serra, bem como o desinvestimento da Petrobras, com o objetivo de evitar práticas anticoncorrenciais e que possam gerar algum risco para o desenvolvimento do mercado.

Na sua visão, a previsibilidade é um valor fundamental, que incentiva os investimentos e a atuação dos entes de mercado, e que deve ser perseguida.

Diretor Cesário Cecchi

Mencionando que há certa ansiedade dos agentes para que o novo mercado possa acontecer, principalmente após marco tão relevante como o foi a nova lei, Cesário elencou casos exitosos que a ANP endereçou recentemente nesse sentido, como as chamadas públicas da TBG, a aquisição direta de gás das fábricas de fertilizantes de Salvador e Sergipe e a disponibilização de produtos de curto prazo para contratação de capacidade. Ressaltou que qualquer tipo de ajuda dos agentes é bem-vinda e entendeu como pertinente a sugestão de definição de calendário de chamadas públicas.

Diretora Symone Araújo

A diretora fez um registro histórico da atuação do Fórum do Gás, destacando sua participação na aprovação da nova lei: “se conseguimos a Lei 14.134/2021, é porque um dia houve o PL 6407/2013, que o Fórum teve participação fundamental, capitaneado à época pela Abraçeeel e Aspacer”.

Symone lembrou que a ANP é mencionada 36 vezes na nova lei, o que exigirá grande esforço e comprometimento, mas afirmou que o regulador não será caminho crítico para desenvolvimento do mercado.

Na sua visão, os agentes não devem esperar que esteja tudo pronto para começarem a fazer negócios e que há oportunidades e arranjos possíveis atualmente, ainda que nem

todas as respostas estejam dadas. Solicitou ao Fórum que transmitisse aos agentes que a ANP está totalmente comprometida com o novo mercado do gás e que o regulador federal não será um entrave para isso.

Superintendente Hélio Bisaggio

O superintendente ressaltou que se existir uma oportunidade de mercado, a ANP vai trabalhar para que essa oportunidade aconteça, como foi no caso da Proquigel, ainda que essa tenha contratado molécula diretamente com a própria Petrobras. Antecipou que estão trabalhando em um caso em que a contratação da molécula não é com a Petrobras.

Disse que a equipe técnica está trabalhando exaustivamente para que a oferta de capacidade da TBG aconteça no segundo semestre deste ano e está tratando com as demais transportadoras para formar uma chamada pública conjunta, esperada para o início do próximo ano.

Destacou também a oferta de produtos extraordinários e que estão concentrando esforços em temas urgentes como as chamadas incrementais para equacionar gargalos importantes no transporte. Ponderou, no entanto, que são três transportadoras com diferentes metodologias.

Sobre outro ponto importante, Hélio ressaltou que estão atentos à oferta de produtos de flexibilidade, para ampliar liquidez de mercado e a entrada de novos agentes, sobre os quais estão conversando com a Petrobras e avaliando se seria possível sua oferta em 2022.

Além disso, mencionou que muitos temas estão sendo tratados transversalmente para que a agência possa entregar o maior número de regulações possíveis em um menor prazo.

Por fim, reforçou a mensagem da diretora Symone, afirmando que os agentes devem agarrar as oportunidades de negócio que surgirem, com o compromisso de esforço da ANP para que essa oportunidade se materialize.

Esse recado também foi corroborado pelo Diretor-Geral, que como mensagem final, disse que a construção do novo mercado estará sempre em aprimoramento e que os agentes devem ter confiança para avançar.

ONS e Abraceel debatem melhorias na divulgação de informações que impactam preço

Matéria em 1 minuto

- Abraceel destacou a convergência entre o ONS e a Abraceel no sentido de buscar cada vez mais transparência das informações, ressaltando que é preciso avançar para evitar a ocorrência de informações privilegiadas;
- Abraceel abordou questões recentes, em que as informações não estavam sendo divulgadas de forma coordenada, por meio de cartas sem acesso público e reuniões que não têm possibilidade de participação dos agentes;
- ONS sugeriu nova reunião para detalhamento do tema. Grupo Técnico debaterá o tema novamente na próxima terça-feira, 11.05, às 11h, e as associadas podem enviar sugestões sobre a priorização das informações até o dia 10.05 para o e-mail gt@abraceel.com.br.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 04.05, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu com o ONS para discutir a divulgação de informações que impactam na formação de preço. O ONS esteve representado por Sinval Gama, Diretor de Operação, Alexandre Zucarato, Diretor de Planejamento, e Maria Cândida Lima, da Gerência da Programação Diária.

Reginaldo iniciou a reunião destacando a convergência entre o ONS e a Abraceel no sentido de buscar cada vez mais transparência das informações e enfatizou a percepção das associadas de que houve uma melhora significativa nos processos do Operador nesse sentido, mas que casos recentes trouxeram à tona a necessidade de se avançar mais rapidamente. Sinval agradeceu e apontou que as reuniões com a Abraceel ajudam muito ao Operador ter uma percepção clara de como otimizar os processos.

Bernardo Sicsú salientou que esse é um dos temas mais relevantes para a Associação, confirmado pelo fato de 200 pessoas estarem participando da reunião. Abordou questões recentes, em que as informações não estavam sendo divulgadas de uma forma coordenada, muitas vezes por meio de cartas sem divulgação pública, e que é importante que o ONS inverta a lógica, e, ao invés de liberar informações somente se solicitadas pelos agentes, passar a liberar tudo, restringindo apenas o que não for possível. Yasmin Oliveira também citou reuniões de manutenção que determinam decisões que impactam o preço e que não têm possibilidade de participação dos agentes.



Sobre isso, Cândida contrapôs que o Operador sempre busca divulgar as informações das cartas nas reuniões semanais de programação da operação e havia a percepção inicial de que isso era suficiente, o que não se confirmou. Reforçou que o volume de informação é muito grande, devido às inúmeras reuniões que acontecem, nas quais se discutem informações em diferentes estágios e que muitas vezes podem não ser relevantes. Então, recomendou a consolidação das informações consideradas como relevantes, para que seja estabelecida uma solução estruturada, objetiva e que atenda a necessidade dos agentes, para a qual solicitou apoio da Abraceel.

Já o diretor Sinval considerou a estruturação de um repositório inteligente, onde seriam registradas as negociações, os pedidos que foram solicitados, entre outras informações relevantes, além da criação de uma FT sobre governança no âmbito do Comitê PMO-PLD.

As associadas apontaram algumas situações que impactaram o preço e, dada a dinâmica do mercado atual, reforçaram que tudo é relevante. O ONS compreendeu, mas considera que o momento ainda é de fazer o que é possível, já que o todo pode ainda demorar um pouco. Reginaldo Medeiros sugeriu que o Operador tivesse um especialista em preço, à semelhança das comercializadoras, que acompanhasse os processos para ajudar a apontar a relevância das informações.

Alexandre Zucarato salientou que as situações recentes serviram de grande aprendizado institucional para o Operador e concluiu que é importante a visibilidade da informação não apenas no momento da tomada da decisão, mas também quando as tratativas estão acontecendo, ainda que haja incertezas associadas. Questionou se a indicação em atas do CMSE da necessidade de se buscar flexibilidades hidráulicas não passaria a indicação necessária, ao que foi respondido que se trata de uma indicação muito ampla e genérica, já que não se sabe ao certo em qual momento ou em qual magnitude eventualmente ocorrerá. Também se mencionou que as atas das reuniões desse Comitê demoram muito para serem publicadas.

Por fim, as associadas concluíram que o objetivo é reduzir a assimetria de informação ao máximo, devendo-se evitar, por exemplo, a possibilidade de haver informações privilegiadas, e a compararam à divulgação de fatos relevantes no mercado financeiro. O ONS concordou e entende que é preciso amadurecer a questão e por isso sugeriu nova reunião para maior detalhamento.

As associadas podem enviar sugestões sobre a priorização das informações que impactam o preço e quais precisam ser divulgadas de forma mais breve possível até o dia 10.05 para o e-mail gt@abraceel.com.br. Na sequência, no dia 11.05, às 11h, será realizada reunião do Grupo Técnico para discutir e consolidar as informações que serão enviadas ao Operador.

Bahia acata pleitos da Abraceel e segue com avanços no mercado livre de gás

Matéria em 1 minuto

- Agerba publica Resolução 14/21, que regulamenta o mercado livre de gás natural na Bahia, novos Termos de Compromisso do comercializador e o serviço de movimentação de gás canalizado no estado;
- Termo de compromisso do comercializador contempla todas as sugestões enviadas e apresentadas pela Abraceel na CP 01/21 da Agerba, incluindo autorização do serviço de comercialização de gás exclusivamente pela ANP e a responsabilidade sobre a qualidade do gás pelo agente que realiza a entrega física;
- Mesmo revogando completamente a Resolução 23/20, que regulamentava o mercado livre, a única mudança promovida pela nova Resolução 14/21 foi a inclusão da figura do consumidor parcialmente livre, com especificação que suas faturas devem ser distintas em cada ambiente.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 04.05, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia (Agerba) publicou nova Resolução 14/21, que regulamenta o mercado livre de gás natural na Bahia, novos termos de compromisso do comercializador e o serviço de movimentação de gás canalizado no estado.

Em fevereiro deste ano, a Agerba instaurou consulta pública 01/21, para discutir os termos de compromisso, tendo a Abraceel enviado sua contribuição com foco no termo de compromisso do comercializador, que está disponível no site da Associação, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”.

Logo após o envio da contribuição à consulta pública Agerba 01/21, a Abraceel se reuniu com a Agência para apresentar as sugestões enviadas. A reunião foi realizada no dia 23.03, e seu relato está disponível no relatório semanal Abraceel, período 22 a 26 de março. Os principais pontos apresentados foram:

- autorização do serviço de comercialização é de responsabilidade exclusiva da ANP;
- qualquer inadimplência do usuário, seja no ambiente livre ou regulado, deve implicar corte total do seu fornecimento; e
- a responsabilidade sobre a qualidade do gás e qualquer outra relacionada à entrega do produto no ponto de recepção, deva ser do agente que de fato realize a entrega do gás.

O novo termo de compromisso do comercializador, publicado pela Agerba por meio da Resolução 16/21, contempla todas as sugestões enviadas e apresentadas pela Abraceel, representando avanço na abertura do mercado de gás no estado.

Foram assim excluídos da versão final os itens que responsabilizavam o comercializador pela qualidade do produto no ponto de recepção e estabeleciam o corte do usuário parcialmente livre apenas no ambiente de contratação em que esse estivesse em débito. Além disso, foi adaptada a redação que trata da autorização do comercializador para: “Compete à Agerba registrar o comercializador autorizado pela ANP para que ele possa desenvolver a atividade no estado da Bahia”.

Observa-se, no entanto, que há necessidade de harmonização dos itens retirados da versão final dos termos de compromisso com a Resolução 14/21. Dessa forma, a Abraceel irá enviar carta à Agência solicitando tais ajustes. Isso porque, constata-se que, mesmo revogando completamente a Resolução 23/20, com a publicação da Resolução 14/21, a única mudança foi a inclusão da figura do consumidor parcialmente livre, com especificação de que suas faturas devem ser distintas em cada ambiente.

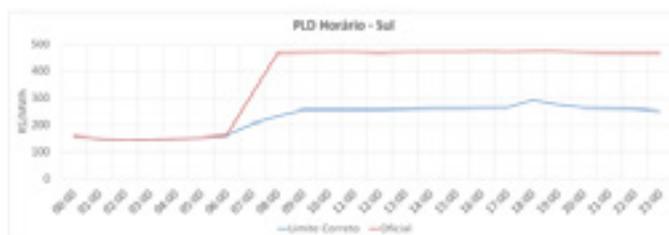
A íntegra dos documentos está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”.



CURTAS

Encontro do PLD – inconsistência nos dados impactam preço

No dia 03.05, em reunião do Encontro do PLD, a CCEE abordou as inconsistências observadas no modelo Dessem durante o final de semana que provocaram o descolamento de preços na região Sul. Naquele mesmo dia foi identificada inconsistência nos sinais dos coeficientes de linearização que modelam o limite de recebimento pela região Sul (RSUL), o que gerou um impacto na média do PLD do Sul do dia 03.05 de R\$ 143,38 /MWh, segundo a CCEE.



Foi realizada a correção da inconsistência no deck do modelo Dessem do dia 04.05, de acordo com o previsto na REN 843/2019, que determina que o erro deve ser corrigido e produzir efeito no dia subsequente ao da sua identificação, não havendo qualquer tipo de republicação de preço. Além disso, abordaram o caso da intervenção na UHE Serra da Mesa, o qual, em razão de manutenção preventiva, impactou os limites de transmissão (FNS, FNS+FNSE e FSECO). Houve questionamento por parte do mercado acerca da reunião que definiu a manutenção dessa usina, que deveria, segundo a percepção de alguns,

ser aberta para todos os agentes. Por fim, foi apontada restrição na defluência da UHE Caconde, com período de vigência até 31.12, que foi informada logo após o PMO de maio, e que por isso, será considerada no cálculo do PLD apenas a partir do PMO de julho, em 26.06. O próximo encontro será realizado no dia 19.05, às 15h, pelo Webex.

Petrobras vai oferecer gás natural indexado ao Henry Hub

No dia 03.05, a Petrobras aprovou novos modelos contratuais para venda de gás natural às distribuidoras. Além das modalidades existentes, indexadas ao preço do petróleo tipo Brent, será oferecida nova modalidade indexada aos preços do gás natural no Henry Hub, menos volátil. De acordo com a Petrobras, frente ao atual contexto de mercado, é esperada uma nova dinâmica concorrencial, com a perspectiva de aceleração da abertura do mercado de gás natural. Dessa forma, a indexação ao Henry Hub reflete nova lógica de competição gás-gás no mercado brasileiro. Além disso, a Petrobras informou que desenvolveu novos produtos que privilegiarão a contratação de base do consumo, tendo como diferenciais opções de prazos contratuais, com alternativa de contratos de longo prazo e menor flexibilidade, com a contrapartida da redução dos preços. A escolha poderá ser feita a critério do cliente. De acordo com a estatal, a fórmula de precificação será anunciada tão logo sejam concluídas as negociações comerciais. **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/2QThTFg>.**



Contribuições Abraceel – Gás Natural

A versão final da contribuição da Abraceel à Consulta Pública 01/21 da Agenesra, que trata da metodologia de cálculo para a TUSD e TUSD-E no estado do Rio de Janeiro, está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”. Adicionalmente, enviamos também ao Grupo Técnico Abraceel a minuta de contribuição à CP 03/21, da mesma Agenesra, que discute condições gerais para atuação do comercializador de gás natural. **As sugestões das associadas podem ser enviadas até o dia 10.05, às 12h, para gt@abraceel.com.br.**

CMSE autoriza ampliação de medidas emergenciais

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) ampliou, no dia 05.05, as medidas emergenciais para assegurar o suprimento eletroenergético ao SIN. Na ocasião, o ONS informou que no período entre setembro/20 e abril/21, inclusive nesse mês de abril, observou-se o pior valor de afluências para o SIN no histórico desde 1931. Como consequência, os armazenamentos nos reservatórios equivalentes permanecem em patamares baixos, sendo exemplo o observado no Sudeste/Centro-Oeste, que finalizou abril com o menor valor verificado para o mês desde 2015. Para os próximos dias, não há perspectiva de chuvas em volume significativo no país todo. Nesse sentido, o CMSE deliberou pela ampliação das medidas adicionais em curso, de utilização irrestrita da GFOM e da importação de energia da Argentina e do Uruguai, sem limitação nos montantes e preços associados, desde que

alocável à carga e respeitadas as restrições operativas, de forma a minimizar o custo operacional do SIN. Além disso, o CMSE reconheceu a importância de o ONS manter, junto aos demais agentes e instituições envolvidas, incluindo a ANA e o Ibama, as tratativas que se façam necessárias para flexibilização de restrições hidráulicas que se considere apropriadas. **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3f1K0tZ>.**

Desestatização Eletrobras

Em 07.05, foi publicada a Resolução 176 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, que estabeleceu atribuições à Eletrobras necessárias ao processo de desestatização. De acordo com a Resolução, cabe à Eletrobras realizar a emissão e a oferta pública de ações após a conversão da Medida Provisória 1031/2021 em lei. Além disso, o BNDES fará a execução e o acompanhamento do processo de capitalização até o seu encerramento. **A íntegra está disponível em <https://bit.ly/3f5w2XM>.**

Abraceel se reúne com o IDEC

A Abraceel esteve reunida com o IDEC, no dia 03.05, para discutir a agenda do mercado de energia. O foco da reunião foi o Projeto de Lei 414 de 2021, que cria a portabilidade da conta de luz. Alexandre Lopes, Frederico Rodrigues e Bernardo Sicsú explicaram as alternativas regulatórias para a abertura do mercado, com base no estudo da Thymos feito para a Abraceel, bem como no estudo da Associação sobre contratos legados, que apontam soluções para os principais entraves usualmente apontados para a abertura total

do mercado. O IDEC reforçou seu apoio ao PL 414 e solicitou nova reunião para debater em detalhes as propostas para que as duas entidades possam unir forças para acelerar o trâmite do projeto.



Você conhece a aba "segurança de mercado" do nosso site?

Lembramos as associadas da possibilidade de colocar seus documentos na área de segurança de mercado do site da Abraceel. Cada representante, com seu login e senha do site, pode adicionar o balanço anual, balancete trimestral, contrato social e composição societária. Destacamos que a área é exclusiva para associadas e a medida faz parte da estratégia da Associação, que busca colaborar na construção de um ambiente de negócios mais seguro e transparente para o mercado. **Qualquer dúvida, pode entrar em contato com a Associação no e-mail abraceel@abraceel.com.br.**

 **PRÓXIMA
SEMANA**

10.05 – Segunda-feira: Diretoria Executiva se reúne com Gustavo Manfrim, Subsecretário de Energia do Ministério da Economia, para apresentação do estudo sobre contratos legados, às 16h.

11.05 – Terça-feira: Grupo Técnico se reúne para tratar da divulgação de informações que impactam preço, às 11h;

Diretoria Executiva se reúne com a Secretaria de Governo da Presidência da República para tratar do PL 414/21, às 14h30.

12.05 – Quarta-feira: Reginaldo Medeiros participa de reunião ordinária do DEINFRA/FIESP, às 10h;

Abraceel se reúne com o Idec para apresentação e discussão de estudos sobre a abertura do mercado de energia, às 15h.

13.05 – Quinta-feira: Grupo Técnico da Abraceel discute aprimoramentos na regulamentação do varejista, às 11h;

Reunião do Conselho de Administração da Abraceel, às 17h, aberta à participação das associadas. A pauta e os dados de acesso serão enviados nos próximos dias aos seus representantes.

14.05 – Sexta-feira: Sexta Livre com Luciano de Castro, professor da Universidade de Iowa (EUA), com o tema “Governança Setorial”, às 10h30.



CALENDÁRIO ABRACEEL

MAIO

11.05 | 11h - Reunião do GT

13.05 | 17h - Reunião do Conselho

14.05 | 10h30 - Sexta Livre com Luciano de Castro

JUNHO

10.06 | 17h - Reunião do Conselho

JULHO

15.07 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.